



**Escola Nacional de
Administração Pública**

**ANCHIETA COMPROMETIDA COM OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS
A CONSTRUÇÃO DA AGENDA 2030**

Autora: Simone Battestin

**Graduanda em: Especialização em Desenvolvimento Local e
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Período: 19 de novembro de 2018 a 26 de abril de 2019

Email: sbattestin@hotmail.com

**Instituição de Ensino: Escola Nacional de Administração Pública-
ENAP**

Orientadora: Professora Silvana Helena Granemann

**Brasília – DF
Setembro/2019**

Resumo

O presente Projeto de Intervenção (PI) apresenta um caminho viável para sensibilizar a gestão municipal de Anchieta-ES, com intuito de que a mesma se comprometa com a adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a localização de suas metas no desenvolvimento local, caminhando deste modo, para a construção da Agenda 2030. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas fazem parte de uma agenda global que visa erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. Localizar o município de Anchieta nesse contexto, pontuando elementos e dados oficiais que demonstrem a situação econômica, bem como, a necessidade de fortalecimento dos processos de planejamento e aperfeiçoamento da gestão pública, tornando-a eficiente, eficaz e participativa, é estratégia fundamental para o enfrentamento e superação da crise econômica e social que se abate sobre o município. Assim, este PI busca despertar a necessidade de uma visão mais apurada sobre as deficiências e as potencialidades do município, bem como as prioridades a serem estabelecidas no processo de implantação e implementação de políticas públicas que visem alavancar as economias tradicionais e as potencialidades do município e, deste modo, cumprir o proposto pela Agenda 2030.

Palavra-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Implantação e implementação de políticas públicas; Vida digna para todos.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Participação das atividades econômicas no PIB - VAB a preços correntes em R\$ (x1000) - 2012 a 2016.....	9
-----------	--	---

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Participação das atividades econômicas no PIB - VAB a preços correntes em R\$ (x1000) - 2012 a 2016.....	9
Quadro 2	Comparativo da Receita e das Despesas de Anchieta - 2012 a 2017 (em R\$ mil).....	11
Quadro 3	Demonstrativo dos gastos com Saúde, Educação e com a Câmara Municipal de Anchieta – 2012 a 2017(em R\$ mil).....	12
Quadro 4	Cronograma.....	20
Quadro 5	Papéis e responsabilidades.....	22
Quadro 6	Recursos materiais necessários	23
Quadro 7	Orçamento.....	24
Quadro 8	Resultados esperados por atores envolvidos.....	26
Quadro 9	Resultados esperados por atividades macros.....	27

SUMÁRIO

1	Introdução	5
2	Problema	7
3	Justificativa	7
4	Objetivos	14
4.1	Objetivo Geral	14
4.2	Objetivos Específicos	14
5	Revisão de Literatura	14
6	Metodologia	17
7	Cronograma e Responsabilidades	20
8	Recursos Necessários	23
9	Resultados Esperados	25
10	Referências Bibliográficas	28
11	Anexos	30

1 Introdução

Este Projeto de Intervenção (PI), denominado – **A Construção da Agenda 2030 de Anchieta** - foi desenvolvido para atender requisitos de conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e deverá ser implementado junto a Administração Pública Municipal de Anchieta, município do Estado do Espírito Santo.

Sua intenção principal é apresentar um caminho de sensibilização junto à gestão municipal com o intuito de que a mesma se comprometa com a adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a localização de suas metas no desenvolvimento local, por meio da construção da Agenda 2030.

A motivação para tal propositura se baseia na necessidade da construção de uma estratégia, de forma participativa, que contribua decisivamente para o processo de superação da crise econômica e social que se abate sobre o município, principalmente, após a repentina paralisação de algumas atividades industriais de grande importância para a economia local.

A institucionalização da Agenda 2030 de Anchieta permitirá uma visão mais apurada sobre as deficiências e as potencialidades do município, bem como as prioridades a serem estabelecidas no processo de implantação das políticas públicas que visam alavancar economias tradicionais do município, como a agricultura, a pesca, o turismo, o comércio e os serviços. Visa também fortalecer e estimular novas competências, o que permitirá assegurar serviços públicos de qualidade, além de promover o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e qualidade de vida para a população. Deste modo, buscar-se-á cumprir o proposto pela Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os gestores precisam estar sensibilizados e convencidos de que o desenvolvimento sustentável, preconizado pela Agenda 2030, é indivisível, ou seja, as suas 3 (três) dimensões - o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social – são coesas. E, mais do que a simples ideia de um conceito, precisam tê-lo como referencial a ser incorporado em todos os instrumentos de planejamento e gestão do município, a exemplo do Plano Diretor Municipal (PDM), Planejamentos Estratégicos, Plano Plurianual (PPA) / Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) / Lei Orçamentária Anual (LOA), dentre outros.

Os gestores locais terão ainda um papel fundamental de sensibilizadores e articuladores do setor privado, entidades e organizações da sociedade civil, Instituições de Ensino/Universidades e meios de comunicação para que a adesão aos ODS se torne um pacto construído e instituído por todos e para todos, “sem deixar ninguém para trás” (ONU BRASIL, 2015).

Inicialmente, o processo de convencimento sobre a adesão a Agenda 2030 será junto à Administração Pública Municipal de Anchieta/ES, prioritariamente com conversas, reuniões, seminários e palestras que envolvam o Prefeito, o Vice-prefeito, o primeiro e o segundo escalões¹ e o quadro técnico de servidores efetivos. Num segundo momento deverá envolver a Câmara Municipal, a sociedade civil organizada, principalmente, por meio dos Conselhos Representativos e Deliberativos, bem como representações do setor privado, as Instituições de Ensino/Universidades e todos os meios de comunicação local.

Propõe-se ainda que tal estratégia seja coordenada pela Secretaria Municipal de Integração, Desenvolvimento e Gestão de Recursos (SIDGER), juntamente com a Secretaria de Governo (SEGOV), uma vez que, dentre outras atribuições, cabe a esta última o papel de elaborar, executar e acompanhar a implementação do planejamento estratégico municipal e do planejamento operacional do conjunto do Governo e das Secretarias Municipais, principalmente por meio das peças do sistema orçamentário – PPA, LOA e LDO e por fazer parte de sua estrutura a Gerência Municipal de Planejamento Estratégico e Operacional.

¹ Para efeito deste PI, o primeiro e segundo escalões referem-se aos Níveis Administrativos I (Secretários) e II (Gerentes), previstos nos Art. 15 e 17 (e incisos) da Lei nº 568, de 7 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Anchieta/ES (ANCHIETA, 2009), sendo: “Art. 15. A Estrutura Organizacional trata da divisão e da sistematização das tarefas, da articulação e do relacionamento entre as Secretarias Municipais e Gerências vinculadas diretamente ao Prefeito, de forma que sejam distribuídas pelos diversos órgãos, com a definição de um modelo hierárquico de autoridade para sua execução e para a tomada das decisões, que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos institucionais”; e, “Art. 17. As atividades de cada Secretaria Municipal estão categorizadas em níveis administrativos conforme os incisos: I. Nível Administrativo Político-Institucional e Estratégico que está relacionado à área de atuação e responsabilidades do Secretário Municipal; II. Nível Administrativo Estratégico-Organizacional e Gerencial que está relacionado, predominantemente, à área de atuação dos Gerentes Municipais, Gerentes Estratégicos e Gerentes Operacionais; e III. Nível Administrativo Gerencial e Técnico-Operacional que está relacionado, predominantemente à área de atuação das Equipes de Trabalho, do Escritório de Serviços Gerenciais e das Unidades Descentralizadas de Atuação, com alcance parcial aos Gerentes Municipais, Estratégicos e Operacionais. O organograma da Prefeitura Municipal de Anchieta - PMA conta com 13 Secretários, 06 Gerentes Municipais, 07 Gerentes Estratégicos e 28 Gerentes Operacionais (vide Anexo A).

Para corroborar tanto a análise do problema, quanto os objetivos pretendidos neste PI, vislumbra-se, a partir de um olhar mais macro, abordar sucintamente um conceito de desenvolvimento que extrapole o olhar da sustentabilidade ambiental e, a partir deste, abordar a trajetória de construção dos ODS, do pacto global até sua aplicabilidade no âmbito municipal.

Partindo do macro para o micro, busca-se também localizar o município de Anchieta neste contexto, pontuando elementos e dados oficiais que demonstrem, principalmente, a situação econômica, bem como a necessidade de fortalecimento dos processos de planejamento e aperfeiçoamento acerca da gestão pública eficiente e eficaz, tomando como princípios os ODS e a constante necessidade de aprimoramento do desenvolvimento local.

Por fim, será proposto um conjunto de ações e estratégias que propiciarão a criação da Instância de Governança, para a construção da Agenda 2030 de Anchieta-ES, que terá como base o aperfeiçoamento da gestão pública municipal e a elaboração e execução de políticas que dialoguem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, observando conceitos e instrumentos de planejamento, participação e controle social.

2 Problema

Como sensibilizar os gestores públicos do Município de Anchieta, para que os mesmos possam se comprometer com os pressupostos da Agenda 2030 e com os ODS e como adequar suas metas na organização, gestão e desenvolvimento do município?

3 Justificativa

Anchieta, município situado no litoral centro-sul do Espírito Santo, Região Sudeste do Brasil, tem aproximadamente 28 mil habitantes. Até o ano de 2015 teve sua base econômica pautada, prioritariamente, na indústria de mineração. Conforme dados disponíveis em IBGE (2016a)², demonstrados no Quadro 01, em 2012 o Produto Interno Bruto (PIB) do município atingiu a casa de 5,6 bilhões de reais e

² Os dados se referem ao PIB dos Municípios / Valor Adicionado Bruto (VAB) / Série Revisada / por atividade econômica / em (x1000) R\$, tomando por base de referências os anos de 2012 a 2016 e transformando os valores em percentuais. Maiores informações vide IBGE (2016a).

estava assim distribuído: indústria –76% (setenta e seis por cento); serviços - 16% (dezesseis por cento); impostos – 4% (quatro por cento), administração - 3% (três por cento) e a agropecuária, que atingiu menos de 1% (um por cento). Todavia, de lá para cá, Anchieta vem sofrendo, além dos reflexos da crise econômica nacional, o impacto da paralisação das atividades da Samarco ³, pois, sedia quatro usinas de pelotização (beneficiamento de minério em pelotas) e o porto desta empresa. Dentre os impactos socioeconômicos se destacam a brusca queda de arrecadação por parte da administração pública, a saída de pequenas e médias empresas terceirizadas pela Samarco e a diminuição sistemática de postos de trabalho, com consequente redução do emprego.

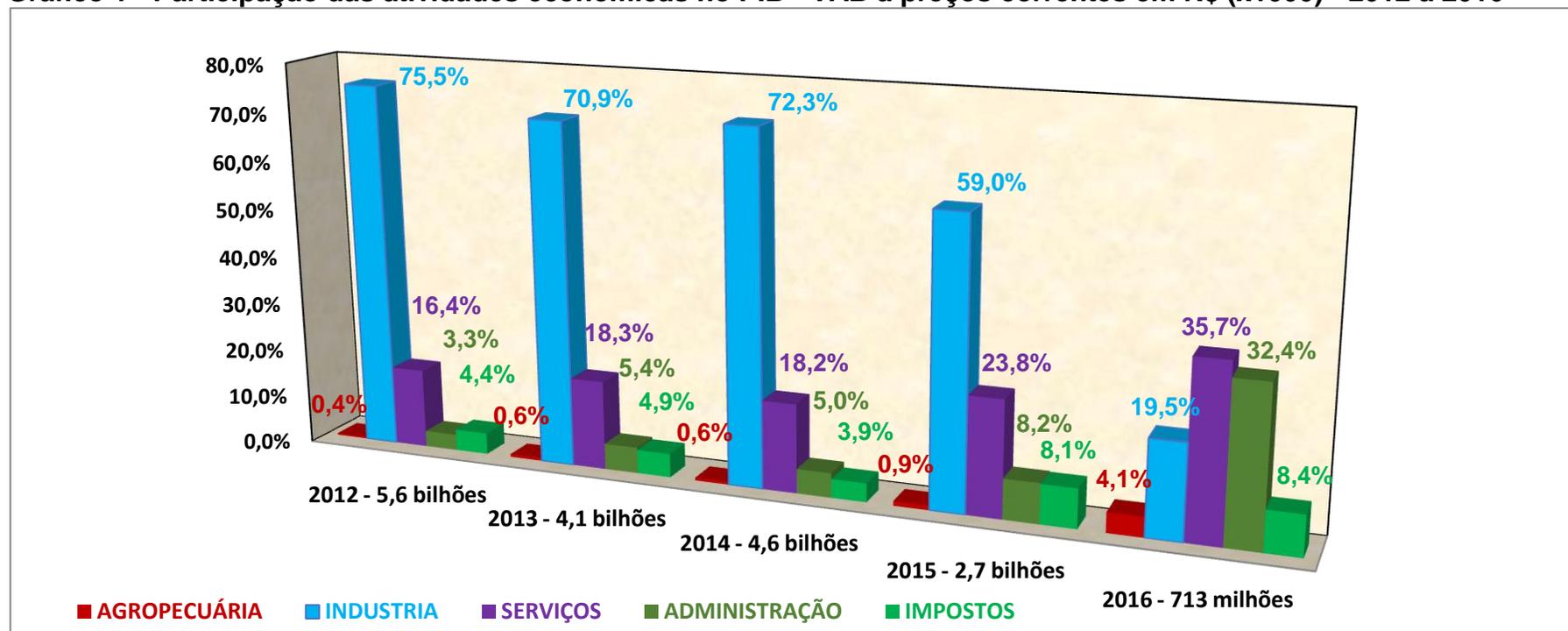
Ainda de acordo com os dados do IBGE (2016a), em relação a 2012, o PIB Municipal foi sofrendo sucessivas quedas, sendo de mais de 1 bilhão de reais em 2013, aproximadamente 2 bilhões de reais em 2015 e despencando para 713 milhões de reais em 2016 (vide Quadro 1). A partir da queda de participação da indústria no PIB, uma nova configuração hierárquica se formou em sua distribuição, sendo: serviços - 36% (trinta e seis por cento); administração – 32% (trinta e dois por cento); indústria - 19% (dezenove por cento); impostos - 8% (oito por cento) e agropecuária - 4% (quatro por cento), (vide Figura 1).

3 Fundada em 1977, a Samarco é uma empresa de capital fechado que atua no segmento de mineração. Seu principal produto são as pelotas de minério de ferro comercializadas com a indústria siderúrgica de países das Américas, do Oriente Médio, da Ásia e Europa. Com 42 anos de história no setor mineral brasileiro, a empresa possui duas unidades operacionais: Germano, em Mariana e Ouro Preto (MG), onde era realizada a extração e o beneficiamento de minério de ferro em três concentradores, e Ubu, em Anchieta (ES), onde estão quatro usinas de pelotização. As unidades são interligadas por três minerodutos de 400 quilômetros de extensão, que atravessam 25 municípios dos dois estados. Em 2015, ano em que a Samarco paralisou suas operações, foram produzidas 24,9 milhões de toneladas, sendo 97% em pelotas e 3% em finos de minério de ferro. Naquele ano, a companhia foi a 12ª maior exportadora do Brasil, faturou R\$ 6,5 bilhões e gerou cerca de 6 mil empregos diretos e indiretos. Maiores informações, vide SAMARCO - SITE OFICIAL, 2019.

Quadro 1 - Participação das atividades econômicas no PIB - VAB a preços correntes em R\$ (x1000) - 2012 a 2016

ATIVIDADES	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Agropecuária	R\$ 20.542,00	0,4%	R\$ 22.861,00	0,6%	R\$ 26.255,54	0,6%	R\$ 25.499,93	0,9%	R\$ 29.504,74	4,1%
Indústria	R\$ 4.268.001,00	75,5%	R\$ 2.895.738,00	70,9%	R\$ 3.355.647,92	72,3%	R\$ 1.600.901,87	59,0%	R\$ 138.812,08	19,5%
Serviços	R\$ 928.243,00	16,4%	R\$ 749.874,00	18,3%	R\$ 846.880,44	18,2%	R\$ 646.485,64	23,8%	R\$ 254.395,38	35,7%
Administração	R\$ 186.658,00	3,3%	R\$ 218.764,00	5,4%	R\$ 233.991,08	5,0%	R\$ 223.346,54	8,2%	R\$ 231.027,55	32,4%
Impostos	R\$ 249.480,00	4,4%	R\$ 199.768,00	4,9%	R\$ 179.016,33	3,9%	R\$ 218.776,37	8,1%	R\$ 59.713,17	8,4%
TOTAIS	R\$ 5.652.924,00	100,0%	R\$ 4.087.005,00	100,0%	R\$ 4.641.791,31	100,0%	R\$ 2.715.010,35	100,0%	R\$ 713.452,92	100,0%

Fonte: IBGE (2016a), organizados pela autora.

Gráfico 1 - Participação das atividades econômicas no PIB - VAB a preços correntes em R\$ (x1000) - 2012 a 2016

Fonte: IBGE (2016a), produzido pela autora.

Segundo dados do Anuário Finanças dos Municípios Capixabas (2018), que tem como principal fonte os balanços dos municípios consolidados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), as receitas do município de Anchieta vêm caindo, principalmente a partir de 2015, quando apresenta sua primeira queda significativa, isto é, de 371.299,2 milhões de reais em 2014, para 308.064,2 milhões de reais em 2015. Nos anos de 2012 e de 2013 a receita do município vinha atingindo a casa dos 390 milhões de reais. A primeira queda, em 2015, se atribui principalmente ao enfraquecimento na exportação do minério, reflexos da crise financeira mundial. Em 2016, a receita do município fechou na casa dos 269 milhões de reais e em 2017 na casa dos 249 milhões de reais, de acordo com os dados apresentados no Quadro 2. Segundo o Secretário de Fazenda do município, Dirceu Porto de Mattos (2019)⁴, a receita de 2018 fechou na casa dos 180 milhões de reais. Ainda de acordo com o Anuário, Anchieta perdeu 50% (cinquenta por cento) do seu Imposto Sobre Serviços – ISS, em 2016, apurando em 2017 uma arrecadação de 8 milhões de reais, ficando bastante aquém do que prevaleceu entre 2012 e 2014, período em que a apuração permaneceu acima de 60 milhões de reais/ano. Apesar do município ainda possuir uma arrecadação maior do que outros municípios de mesmo porte e também fazer parte do bolo de divisão dos *royalties*⁵, tais perdas demonstram o esfriamento da economia local e a tendência contínua de queda da receita, já que as previsões de perdas no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, serão efetivadas, principalmente, a partir de 2019.

Além do cenário de incertezas quanto aos rumos do município, a instabilidade econômica é sentida a cada dia, com o fechamento de pequenos comércios e a crescente escassez de postos de trabalhos. Segundo Albuquerque e Torre (2017) a taxa de desemprego no município já atingiu 25% (vinte e cinco por cento). A diminuição da arrecadação fiscal, por sua vez, gera a precarização da prestação de serviços e políticas públicas por parte da Administração Municipal e as conseqüências são visualizadas no aumento da desocupação da mão de obra, especialmente entre os jovens, no sentimento de insegurança da população, nas

⁴ Informações repassadas por meio eletrônico, vide MATTOS, 2019.

⁵ Os *royalties* são uma compensação financeira devida à União aos estados, ao DF, e aos municípios beneficiários pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis. Maiores informações, vide AMP (2019).

crecentes demandas assistenciais, no aumento da tensão e de divergências entre os que defendem e os que não defendem o retorno da empresa, dentre outros.

Diante deste quadro, fica evidente o desafio de reconstruir a economia local a partir de um novo modelo de desenvolvimento, que privilegie as potencialidades endógenas e tradicionais, como a agricultura, a pesca e o turismo, envolvendo a população e as organizações locais, uma vez que apostar todas as fichas numa única atividade econômica, de impactos e riscos ambientais de grandes proporções, não é sustentável, nem do ponto de vista econômico, tão pouco, social e ambiental.

De acordo com o IBGE (2016b) o PIB *per capita* de Anchieta foi de R\$ 25.397,92, ocupando o 12º lugar no estado e o 1º na microrregião. Porém, o que se vê é que nem sempre a riqueza se traduz em desenvolvimento econômico e, principalmente, social. Muitas vezes os conceitos de uma economia sólida e uma receita abundante geram comportamentos que destoam da ideia de desenvolvimento justo e sustentável, como se pode exemplificar nos dados a seguir:

Quadro 2 - Comparativo da Receita e das Despesas de Anchieta - 2012 a 2017
(em R\$ mil)

Comparativos	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receita	394.168,20	395.829,50	371.229,20	308.064,20	269.264,20	249.361,60
Despesa Pessoal	136.871,80	156.151,70	177.214,00	168.125,90	132.821,80	118.033,70
Despesa Investimento	139.495,00	56.122,70	49.758,20	44.910,80	20.534,30	1.568,80
Despesa Custeio	126.446,30	123.234,00	174.038,70	149.577,20	100.678,20	82.986,70

Fonte: Anuário Finanças dos Municípios Capixabas (AEQUUS Consultoria, 2018), organizados pela autora.

O Quadro 02, além de demonstrar a queda da arrecadação, mostra que dentre as categorias de despesas, a que mais perdeu foi a de investimento. Se em 2012, havia um certo equilíbrio entre as despesas com pessoal, investimento e custeio, em 2017 as despesas com investimentos são insignificantes em relação às despesas com pessoal e custeio. E, apesar do município ainda atender o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto aos limites de percentuais gastos com pessoal, conforme dados do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES, 2018), o que se percebe é que a Administração está vivendo um momento de inchaço da folha de pagamento e muito pouco sobra para investir nas

atividades finalísticas. Em outras palavras, as atividades meio da gestão municipal estão consumindo mais recursos em detrimento das atividades fins, garantindo-se a estas, apenas razoável manutenção (custeio).

O Quadro 3, demonstra, a partir da queda de receita, os cortes efetuados em duas importantes políticas públicas, a saúde e a educação, que possuem recursos carimbados, porém, o mesmo efeito não é visualizado no orçamento da Câmara Municipal, que sofreu cortes tímidos se comparados aos das duas políticas públicas de maior amplitude de atendimento à população. Conforme relatado no Anuário Finanças dos Municípios Capixabas (2018), Anchieta possui a “Câmara campeã de despesa *per capita* continua, há muitos anos(...) e lidera com folga, esse indicador entre os municípios capixabas” (p.95). Destaca ainda que a média de gastos com as Câmaras Municipais em municípios do mesmo porte populacional de Anchieta, em 2017, foi de R\$ 2,5 milhões, valor bem aquém dos quase R\$ 13,5 milhões gastos pela Câmara Municipal de Anchieta.

Quadro 3 - Demonstrativo dos gastos com Saúde, Educação e com a Câmara Municipal de Anchieta – 2012 a 2017(em R\$ mil)

COMPARATIVOS	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Saúde	63.505,40	63.467,80	83.615,00	80.121,50	51.540,50	45.603,00
Educação	98.079,10	93.374,00	108.639,40	94.197,20	73.440,50	63.849,70
Câmara Municipal	14.142,80	14.728,20	16.050,90	13.770,60	15.245,70	13.469,70

Fonte: Anuário Finanças dos Municípios Capixabas (AEQUUS Consultoria, 2018), organizados pela autora.

Num momento em que o município sofre as conseqüências de sucessivas crises e tendo por base os exemplos citados, percebe-se que os cortes em políticas públicas, principalmente em investimentos, que poderiam fortalecer as economias locais são mais significativos do que os cortes de manutenção da (pesada) máquina. Esta prática de cortes em investimentos sociais, especialmente em saúde e educação, faz o caminho contrário ao que preconizam os ODS. Saúde e educação são políticas públicas fundamentais para a superação das desigualdades sociais e econômicas no mundo, tanto que compõem objetivos específicos dentre os 17 ODS, sendo: OBJETIVO 3 – SAÚDE E BEM ESTAR – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades e OBJETIVO 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e

promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU BRASIL, 2015).

Anchieta, a partir da presença da Samarco, passou a ser conhecido como um município de grandes arrecadações, encabeçando durante muitos anos os primeiros lugares no *ranking* de renda *per capita* do Estado do Espírito Santo e mesmo com destaques nacionais. Até a paralização das atividades de mineração pela Samarco - por ocasião da tragédia ocorrida em Bento Rodrigues, em Mariana⁶, em novembro de 2015, que deixou para trás 19 mortos e um dos maiores prejuízos ambientais da história do país, envolvendo os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo - o senso comum que pairava não só sobre a população e gestores locais, mas em toda a região, é que o município tinha uma economia forte, duradoura e não vivenciava as mesmas preocupações e problemas que os municípios vizinhos.

A paralização das operações da empresa de um dia para o outro mostraram que nenhum município é forte e bem desenvolvido o suficiente, se depender de uma única economia e, principalmente, se esta economia não fizer parte das vocações locais ou não for utilizada para o fortalecimento destas. A presença de uma grande empresa no município, gerando receita que destoava da maioria dos municípios do estado, não só gerou a ideia de que os recursos eram abundantes e duradouros, como também que as economias tradicionais não possuíam importância significativa para o PIB Municipal. E ao invés de serem estimuladas e fortalecidas, principalmente junto aos jovens, foram deixadas para trás, prevalecendo sobre estes a aspiração por um emprego na Samarco em detrimento da sucessão nas atividades tradicionais do município.

Este cenário mostra que o município de Anchieta precisa repensar o desenvolvimento local sobre bases mais sustentáveis, nas três dimensões: econômica, social e ambiental. Entende-se que para isto é imprescindível que a

⁶ O maior desastre ambiental até então no país ocorreu em 2015, em Minas Gerais. No dia 5 de novembro, o rompimento da barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro da cidade de Mariana, deixou 19 mortos, 362 famílias desabrigadas. Toneladas de rejeitos de mineração foram despejadas no Rio Doce e no Oceano Atlântico. A barragem de rejeitos de mineração era controlada pela Samarco Mineração S.A., um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo, a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton. A lama chegou ao Rio Doce, cuja bacia hidrográfica abrange 230 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, muitos dos quais abastecem sua população com a água do rio. Vide: Reportagem Portal R7, produzida por Paulo Lima em 25 janeiro de 2019. Maiores informações, vide (LIMA,2019).

gestão pública municipal incorpore o debate proposto pela Agenda 2030 e as estratégias dos ODS como meio de alavancar as economias tradicionais do município, bem como, estimular novas potencialidades, assegurando a articulação e coesão de atores locais na promoção do desenvolvimento sustentável, na redução das desigualdades sociais e econômicas e na melhoria da qualidade de vida da população.

4 Objetivos

4.1 Objetivo Geral

Propiciar ações de sensibilização junto aos gestores da Administração Municipal quanto à adesão aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS e a construção da Agenda 2030, de Anchieta.

4.2 Objetivos Específicos

- ⇒ Possibilitar aos gestores do primeiro e segundo escalões da Administração Pública Municipal uma abordagem e uma forma de sensibilização (conhecimento) dos ODS e suas metas;
- ⇒ Identificar o quanto os atuais instrumentos de planejamento e gestão da Administração Local estão relacionados com o que preconizam os ODS e suas metas, no intuito de adequá-los;
- ⇒ Propiciar as condições iniciais necessárias para a construção da Agenda 2030, de Anchieta.

5 Revisão de Literatura

Tomando por base o pensamento do economista Amartya Sen de que “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda” (2010, p.28), isto é, “sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele” (*Ibid*), pode-se afirmar que toda essa situação evidencia a necessidade de uma economia autossustentável, ou seja, uma economia que se pautar no estímulo as riquezas e

diversidades locais. E, que toda a geração de riquezas, tradicionais ou novas, deve ser utilizada para garantir que as pessoas possam viver com dignidade e igualdade, desfrutando de educação, saúde, segurança, moradia, lazer, trabalho, dentre outros direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal, de 1988. (BRASIL, 2019)

Neste contexto é que se pretende demonstrar aos gestores locais a importância do planejamento e da implantação de uma agenda que dialogue com o desenvolvimento sustentável. Os desafios sociais, econômicos e ambientais ora enfrentados por Anchieta, infelizmente não são fatos isolados e, com as devidas e distintas proporções, faz parte da realidade de todos os municípios brasileiros, bem como de grande parcela das nações.

É sobre o paradigma do desenvolvimento sustentável que surgem os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, um acordo traduzido no documento denominado “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” em que Chefes de Estado e de Governo, reunidos na sede das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 2015, firmaram um compromisso em prol do combate à pobreza extrema, do desenvolvimento humano e da construção de valores comuns para a promoção dos direitos humanos, conforme fica destacado em seu preâmbulo:

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade... Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da privação e a sanar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar medidas ousadas e transformadoras que se necessitam urgentemente para pôr o mundo em um caminho sustentável e robusto. Ao embarcarmos nessa jornada coletiva, comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás. (ONU BRASIL, 2015, p.1)

Esse documento, que traduz o compromisso de 193 nações, incluindo o Brasil, é composto por 17 Objetivos (ODS), desdobrados em 169 metas e 232 indicadores internacionais. O protocolo assumido em 2015 é fruto de uma longa trajetória de discussões, pactos, conferências e documentos, destacando-se entre eles a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada “Rio+20”, e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, conhecidos por ODM. Além de reunirem o acúmulo do legado mencionado, os ODS se apresentam mais ambiciosos ao vislumbrarem alcançar metas não alcançadas anteriormente, mas principalmente por serem “integrados e indivisíveis, e mesclarem, de forma

equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável - a econômica, a social e a ambiental” - e demonstrarem a partir de um de seus princípios “*não deixar ninguém para trás*”, que o desenvolvimento para ser sustentável tem que de forma universal, porém não igual, chegar para todos (ONU BRASIL, 2015, p.1).

As metas dos ODS, conforme menciona o documento, indicam os caminhos a serem trilhados e as medidas a serem adotadas para promoverem o seu alcance. Todavia, as metas globais precisavam ser adequadas a cada nação, bem como, acompanhadas e revisadas a partir de um conjunto de indicadores. No Brasil, o Relatório Agenda 2030: ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual adequou as metas globais à realidade brasileira:

[...] em cumprimento à atribuição recebida da Comissão Nacional dos ODS⁷, e em sintonia com a sua missão de fornecer suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas nacionais de desenvolvimento. (IPEA, 2018, p 9).

O referido documento reúne indicativos fundamentais para os governos de todas as instâncias ao chamar a atenção para assuntos de cunho social, econômico, ambiental e institucional. Ele visa nortear os gestores para, em parceria com a sociedade, o setor privado, as instituições de ensino/Universidades e os meios de comunicação a assumirem o compromisso de planejarem e executarem políticas públicas que contribuam com os municípios, estados ou nação, com menos desigualdades e mais oportunidades.

Sendo assim, será necessário que todos os gestores públicos conheçam a Agenda 2030, um protocolo internacional assumido pelo país junto à ONU e passem a utilizá-la como uma ferramenta para repensar os rumos do desenvolvimento local, estabelecendo, quando não for possível abarcar todos os desafios, quais são verdadeiramente as prioridades sociais, econômicas e ambientais que farão a diferença na vida de todos os cidadãos, sobretudo os que do Estado mais precisam.

Em seu relatório, o IPEA pontua como desafios da internalização da Agenda 2030 e dos ODS no Brasil, a necessidade de cumprir algumas etapas estratégicas

⁷ O Governo Federal, por meio da Secretaria de Governo, cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – CNODS (Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016), com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil. A Comissão Nacional dos ODS é paritária, com 32 representantes, entre titulares e suplentes, da sociedade civil e de governos. Mais informações, vide BRASIL, 2017.

como: sensibilizar atores, implantar governança, adequar metas globais e definir indicadores nacionais (2018, p.15). Soma-se a essa estratégia as propostas para interiorização dos ODS, definidas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), sendo: 1) engajamento do setor privado, da academia e de organizações da sociedade civil; 2) elaboração dos Planos Plurianuais (PPA) com base na Agenda 2030; 3) elaboração de relatórios de monitoramento; 4) criação de comissões subnacionais; 5) disseminação da Agenda 2030; 6) realização do Prêmio ODS Brasil; 7) formação de parcerias institucionais, e; 8) capacitação de gestores públicos (ENAP, 2018, p.20).

Tomando por base as estratégias mencionadas tanto pelo IPEA, quanto pela ENAP e, principalmente, o momento de crise vivenciado que mostra a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento existente no município de Anchieta é que se julga fundamental que os gestores locais conheçam, de forma mais elaborada, os ODS e reconheçam a necessidade de planejar e executar a Agenda 2030, de Anchieta.

6 Metodologia

Conforme expõe Gil (2008, p.26) “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Com esse propósito, a pesquisa a ser realizada neste PI se caracteriza, enquanto seus fins, por exploratória, pois se trata do interesse em descobrir se os gestores da Administração Pública Municipal de Anchieta estão sensíveis e abertos para aderir aos ODS, bem como, quais estratégias deverão ser acionadas para tal. As pesquisas exploratórias, “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” e “muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla” (*Ibid.*, p. 27).

Quanto à natureza dos dados, esta pesquisa assume características eminentemente qualitativas, pois, como expõe Flick (2009, p. 25) “este tipo de pesquisa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado” e “que pontos de vista subjetivos constituem um primeiro ponto de partida”. Os métodos qualitativos “consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento”, além do que “a subjetividade do

pesquisador, bem como daqueles que serão estudados, torna-se parte do processo de pesquisa” (*Ibid.*).

Tendo ainda como referência Gil (2008, p.51), se privilegiará como fontes de informações a pesquisa bibliográfica, pois esta permitirá utilizar contribuições dos diversos autores sobre o tema desenvolvimento local e de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a pesquisa documental, que permitirá explorar fontes documentais que não receberam tratamento analítico, tais como documentos oficiais, reportagens de jornais, dentre outros, bem como documentos já analisados, como relatórios, tabelas estatísticas e demais materiais.

Em relação aos métodos, a pesquisa se caracteriza como levantamento, pois, como parte da coleta de dados, os instrumentos utilizados para compor a investigação se basearão principalmente em questionário estruturado e entrevista semiestruturada. A entrevista, enquanto técnica de coleta de dados, é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ apud GIL, 2008, p.109). Já o questionário é um instrumento que, além de permitir traduzir os objetivos da pesquisa, facilita a coleta de uma mesma informação junto a um determinado número de pessoas que não precisam estar no mesmo lugar, além de permitir a estas que o respondam no momento mais conveniente, dentro de um prazo estabelecido (*Ibid.*, p. 121).

Dada a natureza do problema que se pauta em como sensibilizar os gestores da Administração Municipal de Anchieta para que os mesmos se comprometam com a implantação da Agenda 2030, com seus ODS e respectivas metas e façam as adequações aos seus programas, ações e objetivos, bem como as formas de gerir e buscar o desenvolvimento sustentável local e a adequação de suas metas na organização, gestão e desenvolvimento do município, partir-se-á da premissa de que o primeiro e o segundo escalões do governo não conhecem de forma satisfatória e tão pouco estão familiarizados e sensibilizados com os ODS.

Deste modo, propõem-se como estratégia realizar as etapas abaixo elencadas, as quais poderão ocorrer simultaneamente, sem necessariamente, seguir a ordem aqui estabelecida:

- a) Sensibilizar os gestores da Administração Pública Municipal sobre a importância dos ODS, que ocorrerá por meio de levantamento das variáveis

intervenientes ao problema, tais como, capacidade técnica e financeira da Administração Municipal, disponibilidade de dados socioeconômicos, tanto na fase de diagnóstico, quanto de elaboração do plano de trabalho, bem como, por meio de seminários, reuniões, questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas junto ao Prefeito Municipal e aos gestores do primeiro e segundo escalões (Secretários e Gerentes);

- b) Identificar o quanto os atuais instrumentos de planejamento e gestão da Administração Local estão relacionados com o que preconizam os ODS e suas metas e para tal, privilegiar-se-á, principalmente a análise documental (PPA, PDM e outros documentos) a ser realizada por um Grupo de Trabalho (GT) de preparação da proposta de Instância de Governança;
- c) Propiciar as condições iniciais necessárias para a construção da Agenda 2030, de Anchieta, que se dará por meio da constituição de uma Instância de Governança – denominada Instância de Governo para construção da Agenda 2030 de Anchieta – utilizando-se de levantamento bibliográfico e documental sobre o que já fora produzido em outras esferas governamentais e até mesmo experiências de outras administrações municipais.

7 Cronograma e Responsabilidades

Quadro 4 – Cronograma

ATIVIDADES	DIAS ÚTEIS ⁸	DATA INICIAL	DATA FINAL	2019				2020									
				SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	
1 – Sensibilizar a Administração Pública Municipal sobre a importância dos ODS	35 dias	02/09/19	19/10/19														
1.1 – Elaborar a apresentação inicial sobre os ODS e suas metas	5 dias	02/09/19	08/09/19														
1.2 – Reunião com o Prefeito Municipal	10 dias	09/09/19	22/09/19														
1.3 – Preparar o Seminário de apresentação dos ODS e suas metas para os gestores do 1º e 2º escalões e corpo técnico especializado, da Administração Pública Municipal:	19 dias	23/09/19	16/10/19														
1.3.1 – Elaborar a apresentação do Seminário;	19 dias	23/09/19	16/10/19														
1.3.2 – Identificar os convidados, convites e sensibilização;	19 dias	23/09/19	16/10/19														
1.3.3 – Agendar o local de realização do Seminário.	19 dias	23/09/19	16/10/19														
1.4 – Realização do Seminário.	1 dia	19/10/19	19/10/19														
Resultado: Seminário de Apresentação realizado (sistematização do Seminário)	0 dias	19/10/19	19/10/19														
2 – Constituir Grupo de Trabalho (GT) de preparação da proposta de Instância de Governança	195 dias	20/10/19	18/07/20														
2.1 – Indicar os técnicos para compor o GT e publicar o Decreto de nomeação	15 dias	20/10/19	09/11/19														
2.2 – Iniciar os trabalhos do GT com levantamento de dados socioeconômicos do município e análise dos documentos de planejamento e orçamento (PDM, PPA e outros documentos) e sua relação com os ODS.	59 dias	10/11/19	29/01/20														
2.3 – Apresentar os resultados do levantamento de dados aos gestores do 1º e 2º escalões da Administração Pública Municipal	1 dia	02/02/20	02/02/20														

⁸ A coluna “dias úteis” expressa o número de dias úteis previstos para a ação, já as colunas “data inicial” e “data final”, consideram o período no qual estão inseridos os dias úteis, incluindo dias não úteis.

Quadro 5 – Papéis e responsabilidades

	NOME	PAPEL	RESPONSABILIDADES
ATUAÇÃO POLÍTICA E PONTUAL	Prefeito Municipal	Gestor Político / demandante principal.	Decidir pela implementação do projeto e sua sequência; Dar o comando aos gestores do primeiro escalão.
	Secretários Municipais	Indicação do corpo técnico para o GT e acompanhamento do trabalho.	Indicação de servidores comprometidos e, minimamente, qualificados para as ações a serem desempenhadas no projeto (gestores do segundo escalão e técnicos).
	Gerentes (Municipais / Estratégicos / Operacionais) e Procuradoria	Participar e/ou contribuir com o andamento do GT.	Acompanhar e monitorar, a partir das responsabilidades de cada Secretaria, o trabalho do Grupo de Trabalho.
ATUAÇÃO GERENCIAL TÉCNICA E SISTEMÁTICA	Secretária de Governo (SEGOV) e Secretaria de Desenvolvimento (SIDGER)	Coordenação macro do projeto / responsável executivo.	Mobilizar os instrumentos (físicos e humanos) que garantirão a execução do projeto.
	Técnico responsável	Gerente do Projeto.	Atuar junto ao GT, com acompanhamento sistemático do andamento do projeto.
	Técnicos das Secretarias Estratégicas (7 a 10 servidores)	Operacionalizar o trabalho técnico e atividades planejadas.	Elaborar, organizar, operacionalizar e conduzir todas as etapas de produção de documentos e atividades vinculadas ao projeto.

Fonte: Autora

8 Recursos Necessários

De forma geral não haverá aquisições e contratações, uma vez que os equipamentos, móveis e imóveis, outros materiais e os recursos humanos necessários, serão todos oriundos da Prefeitura Municipal. Todavia, havendo recursos disponíveis, fica previsto no projeto a aquisição de *coffee break* para 290 pessoas. Sua disponibilidade será por meio da modalidade Carta Convite já existente e, na impossibilidade de usá-lo, sua ausência não prejudica o andamento pleno do projeto, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Quadro 6 – Recursos materiais necessários

RECURSO	DESCRIÇÃO
Sala de trabalho	Sala de suporte ao Grupo de Trabalho, com capacidade para comportar até 10 pessoas - contendo de preferência: 01 mesa para reuniões, 01 computador e 01 impressora
Aluguéis (ou empréstimos)	Auditórios com capacidade para 60 (realização de 2 seminários) a 150 pessoas (realização de 1 audiência pública)
Materiais de consumo	Papel A4 / Toner / Pastas / Caneta/ etc.
Alimentação	<i>Coffee break</i> (seminários e audiência pública)

Fonte: Autora

Quadro 7 - Orçamento

DESCRIÇÃO	VALOR	FONTE R\$
Horas de Trabalho Estimativa de trabalho de 10 horas semanais / Valor da Hora - R\$ 37,00 ⇒ média mensal de custo salarial bruto de R\$ 6.000,00; ⇒ 1 pessoa - 360 horas de trabalho + 7 a 10 pessoas – 290 horas de trabalho.	1 pessoa x 360h x R\$ 37,00 = R\$ 13.320,00 10 pessoas x 290h x R\$ 37,00 = R\$ 107.300,00	Próprios e já disponíveis
Equipamento e espaços físicos Imóveis - Sala de trabalho do GT / Auditório 60 pessoas / Auditório 150 pessoas Móveis - Equipamentos: 1 computador / 1 impressora). ⇒ Serão próprios, porém se fará estimativa de aluguel para cobrir os custos de energia, água, depreciação, etc.	Auditório 01- 150 pessoas x 1 aluguel x R\$ 1.000,00 = R\$1.000,00 Auditório 02 - 60 pessoas x 2 aluguéis x R\$ 400,00 = R\$ 800,00 Equipamentos - 1 computador / 1 impressora) = R\$ 3.300,00	Próprios e já disponíveis
Materiais Impressões e convites – 2 resmas de papel e 01 toner para impressora; Pastas e Canetas. ⇒ 2 seminários e 1 audiência pública = 270 pessoas	2 resmas papel A4 x R\$25,00 = R\$ 50,00 1 Toner de impressora x R\$ 450,00 = R\$ 450,00 270 Pastas x R\$ 2,20 = R\$ 594,00 270 Canetas x R\$ 0,76 = R\$ 205,20	Próprios e já disponíveis
Coffee break 02 seminários de 60 pessoas cada / 1 audiência pública de 150 pessoas / 1 posse de 40 pessoas = 310 pessoas	310 pessoas x R\$ 15,00 = R\$ 4.650,00	Próprios / Contratados Carta Convite
Totais	Total - R\$ 131.669,20 Desembolso direto – 4.650,00 Desembolso indireto – R\$ 127.019,20	

Fonte: Autora

9 Resultados Esperados

A realização de qualquer PI pressupõe prever que restrições poderão permear sua execução, tais como:

- Não ter a adesão de todos os atores políticos necessários para o bom andamento do projeto de intervenção;
- Limite na disponibilidade de servidores com condições técnicas suficientes para executar as tarefas necessárias;
- Limitação da capacidade de gerenciamento da hora/trabalho/semanal a ser disponibilizada pelo conjunto de servidores envolvidos dentro do tempo estabelecido para a execução do projeto de intervenção.

Todavia, para a execução e sucesso deste PI, partiu-se da premissa de que: a) há interesse da administração pública municipal de Anchieta no tema Desenvolvimento Local Sustentável; b) há necessidade de que o município adote programas, metas e objetivos em suas políticas públicas que permeiem, que sigam, neste rumo; e c) e parte-se do pressuposto de que os gestores locais mobilizarão os esforços necessários para promoverem as políticas públicas previstas.

Assim, sua implementação dependerá da concretização dos resultados esperados de cada ator envolvido no processo (Quadro 08), para conseqüentemente se alcançar os resultados das atividades macros (Quadro 09), relacionados aos objetivos do projeto de intervenção.

Quadro 8 – Resultados esperados por atores envolvidos

ATORES ENVOLVIDOS	ATUAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
Prefeito Municipal	Gestor político / demandante principal	Manter o processo de comunicação e retorno quanto ao andamento de todos os processos / etapas e produtos finais, por meio de reuniões, ao final de cada produto.
Secretários Municipais	Responsável pela indicação do corpo técnico para o GT	Manter processo de comunicação e retorno quanto ao andamento de todos os processos / etapas e produtos finais, por meio de reuniões mensais.
Secretários de Governo (SEGOV) e de Desenvolvimento (SIDGER)	Coordenação macro do projeto / responsável executivo	Manter processo de comunicação e retorno quanto ao andamento de todos os processos / etapas e produtos finais, por meio de reuniões quinzenais.
Gerentes (Municipais / Estratégicos / Operacionais)	Participar e/ou contribuir com os elementos e ações necessários para o andamento do projeto. Indicar e acompanhar o corpo técnico.	Manter processo de comunicação e retorno quanto ao andamento de todos os processos / etapas e produtos finais, por meio de reuniões semanais.
Procuradoria Corpo Técnico	Executar as ações necessárias para o andamento do projeto.	Produção dos estudos e relatórios necessários; Construção de todo o processo para a realização da audiência pública e Instância de Governança.
Câmara Municipal	Acompanhamento, discussão e aprovação dos instrumentos legais.	Envolvimento nos processos de discussão, disponibilizando toda a produção técnica acumulada para que a aprovação legal da Instância de Governança aconteça de forma participativa e esclarecedora.
Sociedade Civil Organizada	Participação na Audiência Pública e na Instância de Governança; Se comprometerem com o projeto a partir da demanda da Sociedade Civil no que preconizam os ODS.	Sensibilização, convite e condição de participação nos espaços de debate e composição de Instância de Governança; Informações disponibilizadas por meio de meios eletrônicos e documentos encaminhados.
Setor Privado, Instituições de Ensino, Universidades e Meios de Comunicação.	Participação na Audiência Pública e na Instância de Governança; Se comprometerem com o projeto a partir do papel que cada um dos atores envolvidos citados tem no desenvolvimento dos ODS.	Sensibilização, convite e condição de participação nos espaços de debate e composição de Instância de Governança; Informações disponibilizadas por meio de meios eletrônicos e documentos encaminhados.

Fonte: Autora

Quadro 9 – Resultados esperados por atividades macros

ATIVIDADES	RESULTADOS ESPERADOS
1 – Sensibilização dos gestores da Administração Pública Municipal sobre a importância dos ODS.	Seminário realizado e gestores públicos sensibilizados quanto a importância da Construção de uma Agenda Local articulada aos ODS.
2 – Constituição de Grupo de Trabalho de preparação da proposta de Instância de Governança.	Projeto de Lei aprovado na Câmara Municipal.
3 – Constituição e posse da Instância de Governança para construção da Agenda 2030 de Anchieta.	Instância de Governança empossada e pronta para iniciar suas atividades.

Fonte: Autora

Contudo, é necessário esclarecer que não compõem as atribuições deste PI a operacionalização da Instância de Governança, a constituição da metodologia e meios para a construção da Agenda 2030 de Anchieta, bem como, a adequação dos instrumentos de planejamento e orçamento (PDM e PPA) aos ODS e suas metas.

10 Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Manoela; TORRE, Luiza. **Sem Samarco estudo prevê perda de R\$ 283 milhões para o ES**. Gazeta Online. Vitória, ES, 21 jan. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2017/01/sem-samarco-estudo-preve-perda-de-r-283-milhoes-para-o-es.html>>. Acesso em: 21 out. 2018.

ANCHIETA. Prefeitura Municipal de Anchieta. Lei nº 568, de 07 de outubro de 2009. **Dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal**. Câmara Municipal, Anchieta-ES: 07 out. 2009. Disponível em: <<http://www3.camaraanchieta.es.gov.br/Arquivo/Documentos/legislação/html/L5682009.html>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

_____. Prefeitura Municipal de Anchieta: **Portal da Transparência**, 2019. Página Oficial. Disponível em: <<https://www.anchieta.es.gov.br/transparencia/rh/organograma>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

AMP. **Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/royalties>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

ANUÁRIO FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS. Vitória, ES: Aequus Consultoria, Ano 24, julho de 2018. Disponível em: <http://www.aequus.com.br/anuarios_es.html>. Acesso em: 03 fev. 2019.

BRASIL. **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Secretaria de Governo da Presidência da República. Brasília: Publicada em 27 de junho de 2017. Disponível em: <www4.planalto.gov.br/ods/menu-de-relevância/comissao-ods>. Acesso em: 06 jul. 2019.

_____. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição atualizada até a Emenda Constitucional nº 101/2019. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 06 jul. 2019.

ENAP. Escola Nacional de Administração. **Desafios e condicionantes para a implementação da Agenda dos ODS na Administração Pública Federal Brasileira**. Cadernos: nº 57. Brasília, DF: Enap, 2018. 64 p.

FLICK, Uwe. **Métodos de Pesquisa: Introdução à Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Artmed Editora. 2009. 404p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=ptR&lr=&id=dKmQDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=conceito+de+pesquisa+qualitativa&ots=JgEjTY1Sqo&sig=QomUUTfP0sM82M5CK0tPY3NB2S8#v=onepage&q=conceito%20de%20pesquisa%20qualitativa&f=true>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 200p.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília-DF: 2016a. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/brasil/es/anchieta/pesquisa/38/47001?ano=2016>. Acesso em: 07 fev. 2019.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília-DF: 2016b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/anchieta/panorama>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **AGENDA 2030: ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

LIMA, Paulo. **Em 2015, rompimento da barragem em Mariana matou 19 pessoas** Portal R7. Brasil: 25 jan. 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/em-2015-rompimento-da-barragem-em-mariana-matou-19-pessoas-25012019>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

MATTOS, D.P. **Arrecadação de Anchieta em 2018**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por sbattestin@hotmail.com em 09 jan. 2019.

ONU BRASIL. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

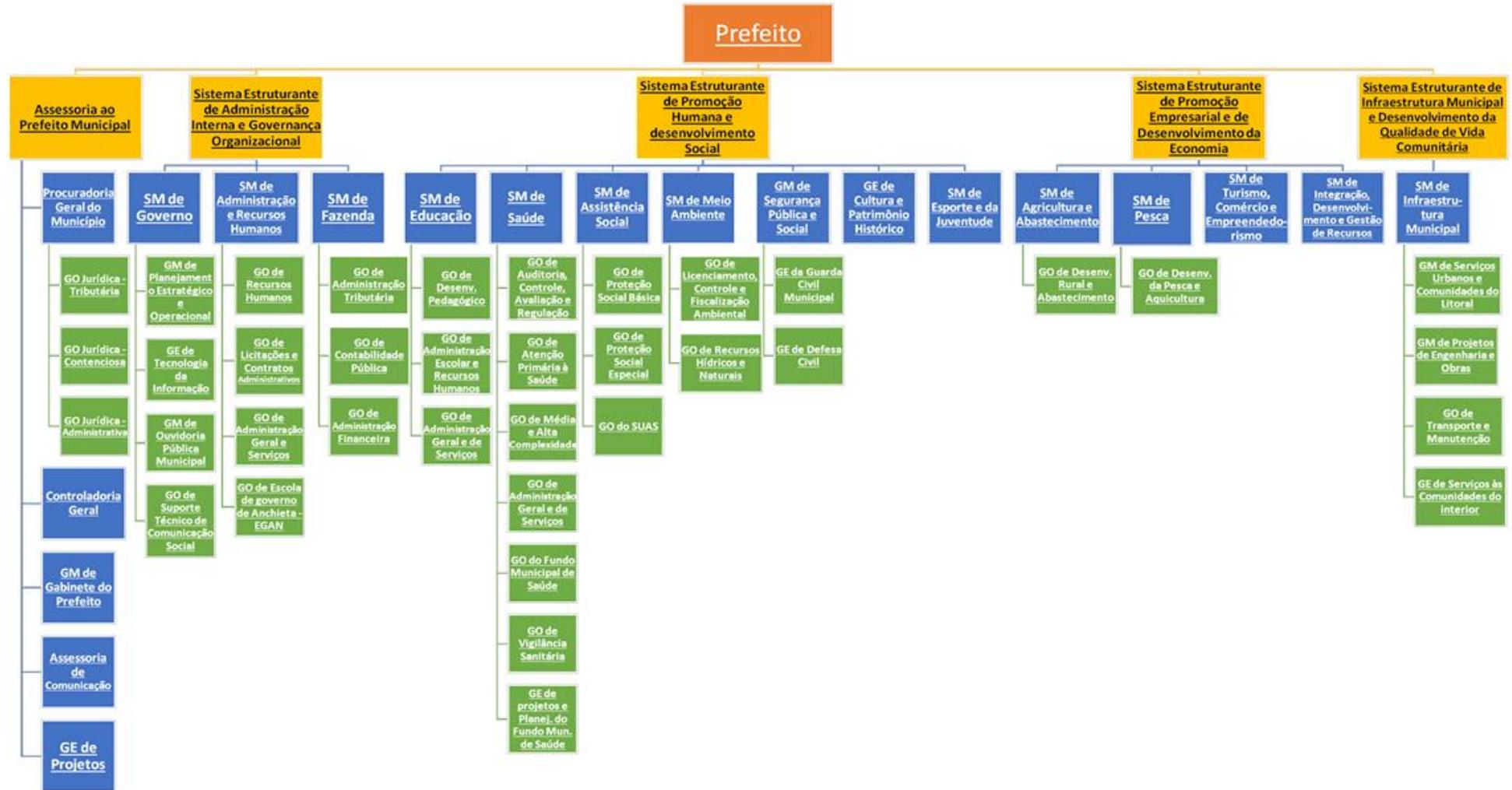
SAMARCO. **Sobre a Samarco**, 2019. Página Inicial. Disponível em: <<https://www.samarco.com/a-samarco/>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010. 461 p.

TCE-ES. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. **CidadES**. Vitória-ES: 2018. Disponível em: <<https://cidades.tce.es.gov.br/#/municipio/2018/anchieta/VisaoGeral>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

11 Anexos

Anexo A - Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Anchieta-ES (organograma)



Fonte: Anchieta - Site oficial (2019).